

Políticas Públicas

Oral - Pesquisa**Sociais Aplicadas - Políticas Públicas****SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, UMA PESQUISA COM SERVIDORES DO INSS DO SUL DE SANTA CATARINA: DADOS PRELIMINARES****SOUSA, I. B., GOULART, P. M., MOREIRA, J.***indianaradebem@gmail.com, pmg.correrio@gmail.com, jmo@unesc.net***Instituição: UNESC - UIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE****Laboratório / Grupo de Pesquisa: GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO: TRABALHO, SUBJETIVIDADE E POLITICAS PUBLICAS***Palavras-chave: Saúde; qualidade de vida, INSS; nova administração pública***Introdução**

Esta proposta se fundamenta na Política de Atenção à Saúde do Servidor - PASS, instituída pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e que está em fase de implementação no Sul de Santa Catarina. O estudo se constrói em parceria com a Agência da Previdência Social da Gerência Executiva de Criciúma e Universidade Autônoma de Barcelona (MEC, 2011). De modo geral objetivamos investigar as condições trabalho no contexto do INSS do Sul de Santa Catarina e seus desdobramentos na saúde e qualidade de vida de servidores (as) que atuam neste âmbito. Estas informações serão utilizadas com o propósito de mapear o cenário, e gerar indicadores que possibilitem o desenvolvimento de ações e projetos com vistas na promoção da saúde e qualidade de vida do público alvo. Destacamos que a denominada "Nova Administração Pública" (NAP), centrada em metas e resultados, e em marcha no país desde 1995 (BRESSER-PEREIRA & SPINK, 2006) perpassa o cenário de investigação. Partimos do pressuposto que a NAP altera as condições de trabalho e implica transformações, especialmente relevante no que diz respeito á reconfiguração de significados e valores relacionados ao trabalho no âmbito público.

Metodologia

Entrevistamos 160 servidores das 11 (onze) agências da previdência social, 1 (um) Prevcidade* e a EADJ em Criciúma, na sua área de abrangência. Estas agências atendem a 42 municípios localizados no Sul Catarinense, abrangendo a região de Laguna a Praia Grande, com um número total de 248 servidores. O método combinou vertentes quali e quantitativas, com a aplicação de um instrumento validado contendo 12 escalas e 8 perguntas abertas (Goulart, Blanch e Bobsin, 2012). Neste trabalho

apresentaremos a análise piloto de 30 casos aleatórios, organizados com o software SPHINX.

Resultados e Discussão

Dos resultados, em caráter preliminar: os dados quantitativos nos mostram que os servidores sentem-se satisfeitos e úteis no seu trabalho, porém, denotam esgotamento mental. Os participantes percebem sobrecarga laboral e menos autonomia na tomada de decisões no local de trabalho. Os dados qualitativos convergem com os numéricos e evidenciam que o significado do trabalho está atrelado a ética, eficiência e responsabilidade.

Conclusão

Considerando o campo específico de investigação e os dados preliminares, podemos inferir que as condições de trabalho apresentam alguns aspectos desfavoráveis e passíveis de problematização junto aos gestores e demais servidores. A falta de autonomia, os ritmos acelerados do trabalho e a sensação de esgotamento mental podem estar relacionadas a abordagem gerencial centrada em resultados, com implicações na saúde, e nos modos de viver e significar o próprio trabalho.

Referências Bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, L.C, SPINK, P. (2006). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro Editora FGV, 7 ed.

GOULART, Patrícia Martins; RIBAS BLANCH, Josep Maria; SAHAGUN, Miguel Angel and BOBSIN, Tamara Sarate. Questionário de Bem-Estar no Trabalho: estrutura e propriedades psicométricas. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2012, vol.29, suppl.1 [cited 2014-09-17], pp. 657-665 . Obtido de: . ISSN 0103-166X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500002>.

MEC-ESPAÑA (2011). Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Trabajar en Servicios

Humanos bajo la Nueva Gestión Pública. Significados, Riesgos y Resultados. Un Estudio Internacional. Proyecto de investigación aprobado por el Ministerio Educación y Ciencia. Proyectos de Investigación. Plan Nacional I+D+I. España. Referencia: SEJPSI2011-23705 Disponível em <http://www.educacion.gob.es/portada.html>

Fonte Financiadora

UNESC / PIBIC 2013 - Edital nº 15/2013 e Ministério de Educação e Ciência da Espanha - Plan Nacional I+D+I. España. Referencia: SEJPSI2011-23705. IP Blanch, JM.

Oral - Pesquisa**Sociais Aplicadas - Políticas Públicas****A INCLUSÃO EXCLUDENTE DO SEGMENTO JUVENTUDE NO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO****FIGUEIREDO, A. C.***anacbfigueiredo@gmail.com***Instituição: UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE**
Laboratório / Grupo de Pesquisa: Sociais aplicadas*Palavras-chave: Política Pública, Educação, Trabalho, Juventude***Introdução**

O presente trabalho propõe fomentar uma reflexão acerca da inclusão excludente a partir do processo de qualificação profissional no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Sabe-se que a educação profissional está vinculada a programas de acesso ao ensino técnico e emprego, sendo recente na política de educação no Brasil. Deste modo, se identifica estratégias de inclusão voltadas ao emprego, a partir das novas relações do capital, trabalho e educação; porém, contraditoriamente, identifica-se a sua exclusão em função do modo precário o qual a juventude se encontra em termos de permanência e qualificação profissional no mundo do trabalho.

Metodologia

A presente pesquisa propõe analisar o tema por meio de um estudo exploratório com levantamento documental – documentos que normatizam o programa. Os dados obtidos serão analisados na perspectiva dialética de análise para além de conhecer, entender e repensar a realidade.

Resultados e Discussão

O trabalho encontra-se como categoria central da atividade humana, uma forma de recriar os meios de vida e estabelecer a interação entre o homem com a natureza. Em se tratando da juventude, compreendem o trabalho a partir das vivências pessoais, contradições, sentimentos e entre outros, que decorrem das expressões sociais e da construção histórica do sujeito, inerente ao desenvolvimento humano. Já a educação e qualificação profissional tem-se caracterizado como um degrau para a elevação da escolaridade e, constantemente, sob a ótica da inserção do segmento juventude ao mundo do trabalho. Porém, evidencia o precário e contínuo acesso que acarreta na carência do protagonismo juvenil. Deste modo, o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) proposto pelo

Ministério da Educação e pertencente à Política de Educação Profissional e Técnica de nível médio, passou a existir por meio da Lei nº 12.513/2011 e “com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnologia, por meio de programas, projetos e ações de Assistência técnica e financeira” (art.1º, desta Lei). Assim, evidencia no programa a pedagogia capitalista ao fomentar uma reflexão acerca da inclusão excludente a partir do processo de qualificação profissional no PRONATEC, na qual há estratégias de inclusão do segmento juventude, porém não tem qualidade quando se volta para a educação e por fim, a repercussão do próprio sistema de toyotismo. Contudo, com essa oferta precária, a exclusão surge para dificultar a permanência de jovens no mundo do trabalho e até, na própria política de educação.

Conclusão

O trabalho aqui apresentado é resultado parcial da pesquisa para elaboração de um artigo, que está em andamento no Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS-UNESC). Deste modo, até o presente momento, a inclusão excludente está intrínseca no PRONATEC, bem como em outras políticas voltadas a educação profissional na contemporaneidade. Portanto, a inclusão excludente não deve ser confundida com a pedagogia emancipatória e a própria exclusão incluyente.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. Trabalho e superfluidade. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 35-44.
- FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos: os fundamentos da relação entre trabalho e educação. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 61-74.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura. S. C. Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo, Cortez. 1998, p. 33-58.

KUENZER, A. Z. Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo, Cortez, 200.

LOMBARDI, J.C. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

Oral - Pesquisa**Sociais Aplicadas - Políticas Públicas****A CIDADANIA PARTICIPATIVA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****PAGANINI, J., VIEIRA, R. S.***julianaapaganini@hotmail.com, prof.reginaldovieira@gmail.com***Instituição: UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE**
Laboratório / Grupo de Pesquisa: NUPED*Palavras-chave: Cidadania participativa. Controle social. Sistema Único de Assistência Social.***Introdução**

O termo cidadania foi construído durante a história, onde seu conceito variou conforme o contexto político e econômico de cada sociedade, ou seja, se na antiguidade esta se dava de modo participativo, no Estado absoluto tal modelo era inimaginável (PINSKY, 2003, p.09). Por outro lado, no Estado Democrático de Direito, a cidadania conteve uma interpretação mais abrangente, no sentido de alcançar tanto o direito ao voto, quanto a participação nas esferas sociais. A Constituição Federal de 1988 seguindo este norte trouxe três mecanismos que possibilitaram a relação do povo com o Estado, sendo eles a cidadania representativa, semidireta e a participativa, visando assegurar o exercício dos direitos sociais, a igualdade e justiça a todos seus cidadãos. No que diz respeito à assistência social, tal documento constitucional, assim como a Lei Orgânica de Assistência Social, estabeleceram diretrizes para uma cidadania participativa (BRASIL, 2014-A; BRASIL, 2014-B). Entretanto, apesar de todos esses aparatos jurídicos que inseriram a assistência social no campo da política pública, ainda predominou na sociedade forte presença do assistencialismo como sinônimo da assistência social. Para que houvesse a transformação dessa realidade, o Governo Federal elaborou a Política Nacional de Assistência Social em 2004, implantando no Brasil o Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, PNAS, 2010, p.07). Em que pese a consolidação desta Política faz-se necessário uma reflexão acerca das possibilidades de controle e participação da sociedade no que tange a seus programas e serviços. Objetivos: O objetivo geral foi analisar a cidadania participativa no Sistema Único de Assistência Social através de seus mecanismos legitimadores. Os específicos foram estudar a cidadania participativa durante a história e compreender a cidadania no Brasil, focando em seu aspecto participativo. Métodos: O método de abordagem é o dedutivo e o método de procedimento monográfico. As técnicas envolveram pesquisa documental-legal e bibliográfica.

Metodologia

O método de abordagem é o dedutivo e o método de procedimento monográfico. As técnicas envolveram pesquisa documental-legal e bibliográfica.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos comprovaram que o SUAS conta com uma série de instrumentos para realização da cidadania participativa através do controle social, utilizando este aparato na luta pela garantia de direitos. Entretanto, cabe destacar que a participação da sociedade no SUAS está em processo de construção, somente podendo cumprir seu papel de concretização da cidadania, através da reinvenção quotidiana desses espaços.

Conclusão

A inserção da cidadania participativa, representativa e semidireta na CRFB/1988 possibilitou o reconhecimento do respeito aos direitos políticos, sociais e culturais, ocasionando uma conquista para o Estado Democrático de Direito. Além disso, tal documento constitucional avançou em termos de estruturação da cidadania participativa na elaboração e controle das políticas públicas, em especial na Política Nacional de Assistência Social, significando uma preocupação com a garantia de direitos.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: . Acesso em 02 jul.2014-A.
- _____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993: Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8742.htm>. Acesso em 02 jul.2014-B.
- _____. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em 02 jul.2014-C.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi.
História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.